

O medievalismo no Brasil

Medievalism in Brazil

Ronaldo Amaral¹

ronalduamaral@hotmail.com

Resumo. Nas últimas décadas, os estudos medievais no Brasil assistiram a um ímpeto substancial. Mesmo o público não necessariamente acadêmico tem demonstrado interesse pelos trabalhos produzidos por estes estudos. Mas a pergunta crucial ainda paira, e mesmo na academia: por que estudar Idade Média no Brasil? Sem a resposta a esta pergunta, devemos mesmo nos perguntar sobre a efetiva relevância do aumento das pesquisas medievais em nosso país. Apresentamos aqui, portanto, uma discussão a este respeito.

Palavras-chave: Brasil, medievalismo, estudos medievais.

Abstract. In recent decades medieval studies in Brazil witnessed a substantial momentum. Even the audience, that is not necessarily academic, shows interest in researches acquired by these studies. But the crucial question still floats, even in the academy: Why study Medieval Age in Brazil? Without the answer to this question, we must ask ourselves about the effective relevance of the increase in medieval studies in our country. We present here, then, a discussion on this issue.

Key words: Brazil, medievalism, medieval studies.

A grande questão sobre os estudos medievais no Brasil ainda permanece a mesma: por que estudar Idade Média em nosso país? O Brasil é uma realidade geográfica e sociocultural anacrônica ao período medieval, pois surgiu após ele. Essa é a afirmação que comumente se ouve por parte mesmo de alguns colegas da academia. Mas sabemos que esta indagação carece de relevância, além de denotar uma séria incompreensão histórica, particularmente em relação à apreensão e à percepção das estruturas históricas de longa duração, já muito discutida (Le Goff, 1994a, p. 35-41) Ainda que não se ache *ipso facto* uma herança medieval no Brasil, como se elementos e características medievais tal qual existiram se enxertassem em terras brasileiras (pois sabemos que as transmissões de ideologias, hábitos, costumes e mesmo mentalidades, ou suas apropriações, se preferimos, não se dão de forma passiva, mas necessariamente se acomodam e absorvem as vicissitudes do novo contexto sociomaterial e mental em que se estabelecem), encontramos

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas do Campus de Três Lagoas.

naquela época as estruturas mais essenciais da civilização ocidental e, nesta, da brasileira. Queremos com isso dizer que a Idade Média se encontra presente nas estruturas mais elementares da civilização brasileira; no entanto, ela deva ser buscada não nas suas estruturas mais exteriores, mas sobretudo em nossas cosmovisões mais arraigadas, em nossas crenças, em nosso imaginário, em nossas ideias inclusive, principalmente aquelas ligadas à moral, à ética, e tanto por meio das estruturas políticas, do direito, da religião, como aquelas mais ligadas a vivências do dia a dia, aos costumes e às expressões da religiosidades, enfim a nossa sensibilidade.

Em um estudo intitulado “Raízes medievais do Brasil”, que tem como objeto principal uma abordagem crítica do livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, Hilário Franco Júnior demonstrou que, por circunstâncias e dados que escaparam àquele autor, deixou-se de precisar que as raízes do Brasil se fincam, mais do que na época moderna, no período medieval mesmo, sobretudo em sua influência mais profunda. Mais do que na civilização portuguesa moderna, às raízes do Brasil deverão se procurar, portanto, na Europa medieval (Franco Júnior, 2008, p. 82), cujas estruturas mais características desse período se estabeleceram (com nuances, é claro) por todo o território do novo mundo tocado por aquela civilização. Jerome Baschet já havia observado algo análogo, ainda que em relação ao México e à Espanha, ao anotar que a história de um país colonizado apresenta certos laços particularmente estreitos com a da sua metrópole, e tão profundamente, que mergulha em toda a sua dinâmica de conjunto, nesse caso, a dinâmica da cristandade medieval que se assentaria em terras colonizadas pelos europeus (Baschet, 2006, p. 33).

A partir do colocado, também já se observou que deve-se falar não precisamente de uma Idade Média brasileira, mesmo no seu período colonial, mas de um sistema de valores medievais no Brasil (Franco Júnior, 2008, p. 85). Valores, costumes, hábitos, tão latentes quanto explícitos, sobretudo aqueles que emergem da vida do cotidiano, das práticas familiares mais tradicionais, das expressões de uma religiosidade mais íntima e própria de um grupo étnico-cultural mais circunscrito espacialmente, das tradições orais que deixam fluir as desconcertadas histórias e de longuíssima duração, cheias de maravilhas, especialmente o *miraculosus* cristão, cuja origem é medieval.

Portanto, a Idade Média é tão europeia como americana, embora lá, diferentemente daqui, ela esteja logo após a curva, na praça central, na cidade vizinha, quando se depara, por exemplo, com um castelo, uma catedral, uma ermida, uma muralha, testemunhos todos de grande concretude sobrevividos daquela época. Nossa Idade Média é, de outro modo, uma Idade Média mais assente nas vicissitudes do mental, nas tradições mais recuadas que engendram alguns

de nossos *modus vivendi*, ainda que perpassados por uma conjuntura eminentemente já nossa. Este “legado mental”, no entanto, faz-se pouco claro para seus agentes, ou seja, é mais sentido que compreendido, sobretudo quanto à sua natureza e origem. Nesse ponto ficam claras nossa recorrência e insistência sobre a importância das estruturas do mental para a compreensão desse legado medieval nas terras brasileiras. Sendo a história do mental uma história de longa duração, ela se refere sobretudo à condução e à dinâmica histórica de estruturas inconscientes, as quais são sentidas e de algum modo praticadas por sociedades posteriores, embora não mais comungando dos mesmos e exatos significados que tiveram em épocas precedentes (Vovelle, 1987, p. 276). Encerra assim, nas palavras de Phillipe Aries, um tempo no qual a sucessão de estruturas e de modelos, mais do que se conduzirem em um contínuo linear progressivo, se superpõem e se imbricam como telhas. Desse modo, há vários tempos dentro de um mesmo tempo. E esse tempo das estruturas mentais demonstra-se mais renitente às mudanças do que o das estruturas materiais, muito mais céleres.

Deverá ser sobretudo por esta ótica nosso exercício de mensurar uma Idade Média no Brasil. Embora as luzes daquela civilização ainda incidam sobre nós, seu refletir deverá fazer descobrir uma outra coloração e intensidade ao iluminar um espaço e uma conjuntura sociopolítica, cultural e religiosa que já não é medieval nem europeia.

Como já se discutiu, ver nas cavalcadas do nordeste do Brasil a presença crassa da belicosidade e da religiosidade medievais, assim como nas capitânias hereditárias uma forma de produção feudal, é anacronismo. Claro que ambos os fenômenos, para ficarmos somente neles, devem sua origem mais fundamental àquela realidade e mentalidade precisamente feudais, contudo, já não são mais elas mesmas. Colocada tal observação, podemos mais acertadamente ver nas práticas folclóricas brasileiras, como nas cavalcadas citadas, continuidades de costumes, de modos de agir e de sentir essencialmente medievais, mas necessariamente fundadas agora por uma razão geográfica e de ideias precisamente brasileiras, e mais, regidas e conformadas por cada uma de suas regionalidades, por si mesmas e umas em relação às outras, muitas vezes, já tão díspares. Podemos ver nas religiosidades católicas do Brasil, tão apegadas a uma devoção mística e ascética (peregrinações, flagelações, temor do inferno e do Juízo), uma longa duração do cristianismo medieval da Alta Idade Média, e mesmo aquele de épocas posteriores, sempre mais ligado às tradições populares, atitudes religiosas mais tendentes a visões dualistas do sagrado, percepções de fundo gnóstico, atitudes de renúncia e penitência. O sincretismo religioso que nos caracteriza, sobretudo pela miscelânea surgida pela fusão e aculturação recíproca

entre o cristianismo católico e os credos afros e indígenas, nos coloca muito a cerca da realidade da cristianização medieval quando, em plena Alta Idade Média, o cristianismo proselitista teve que se adaptar às expressões das religiosidades europeias autóctones (Martinho de Braga, 1981; Oronzo, 1983) e clássicas (Le Goff, 1980, p. 207-219), ora rechaçando-as, ora adotando-as, ainda que, nesse último intento, por um processo de desnaturalização de suas significações e características primitivas, ou seja, cristianizando-as.

Aqui no Brasil houve, em relação às religiosidades afros e indígenas, como na Europa alto-medieval em relação às religiosidades clássicas e autóctones camponesas, “uma cristianização do ‘paganismo’ e uma ‘paganização’ do cristianismo”, pois sabemos que as influências culturais, por mais impositivas que sejam, sempre se darão em mão dupla, de forma que uma absorve a outra, em maior ou menor grau, gerando assim mais que uma aculturação, ou seja, a imposição unilateral de uma sobre a outra, a fusão de ambas concomitantemente, em um *corpus* em grande medida híbrido, como é o caso do encontro de expressões religiosas que se fundem impositiva ou naturalmente

Podemos sentir ainda a Idade Média no Brasil nas suas estruturas políticas, que, mesmo constituindo-se em uma democracia republicana, tendem a considerar o governo, a *res publica*, como apanágio de poucos (aristocracia), para o exercício de seu poder e mando, além de o público estar sempre em função do privado, ou seja, a coisa pública ver-se manipulada muitas vezes por famílias e partidos que visam a seus interesses mais imediatos e particulares.² E isso tanto no âmbito do poder precisamente político quanto no âmbito do direito e mesmo das relações institucionais da cultura e da educação. Estaríamos, assim, muito próximos de concepções políticas próprias do feudo-clericalismo, sobretudo se tivermos em consideração a estreita relação que a Igreja ainda mantém com o Estado e em suas vicissitudes, claro que no presente bem mais atenuadas (Franco Júnior, 1990).

No que tange à mentalidade, ao imaginário nas relações homem-sagrado, sobressaem-se, em nível essencialmente inconsciente, os sentimentos e crenças mais ligadas às culpabilizações, demonizações, cerceamentos de desejos e superstições, como o pressentimento que comumente nos abate de futuro mal-estar decorrente de um presente de maior gozo e felicidade. Tais vicissitudes do espírito assentes no inconsciente coletivo nos colo-

cam muito a cerca da sensibilidade religiosa medieval de tendência tipicamente gnóstica e pessimista quanto à realidade mais mundana. Neste conceber, a Idade Média está presente no inconsciente, tanto individual quanto coletivo, das gentes do Brasil e se externa em nossos hábitos, crenças e costumes.

Este gênero de abordagem merece, como tem merecido, todo um estudo mais amplo e abarcador; por nossa parte, colocaram-se estas linhas tão só para demonstrar que a Idade Média – se apreendida sobretudo pela ótica das estruturas mentais, de sua longa duração, que rege a dinâmica histórica pelas permanências, embora implique certo grau de mudanças, mas sempre mais morosas e carregadas de inércias, que insistem em legar, ou melhor, presentificar o passado – possui sua pertinência para ser estudada no Brasil, pois é, em alguma medida, uma história, se não propriamente brasileira, condizente e formadora da brasilidade, particularmente nas suas origens mais profundas, mas nem por isso menos sentida e vivificada no nosso presente mais imediato e aflorado.

Medievalismo no Brasil: estudos e centros acadêmicos

Analisando mais propriamente agora as questões e as produções historiográficas dos estudos medievais no Brasil, devemos chamar a atenção para o fato de que os estudos medievais se encontram em plena expansão, e, o que é mais importante, em todas as direções geográficas do nosso país. Somos obrigados a concluir, assim, que os grupos, os núcleos de estudos sobre a medievalidade, não mais se concentram somente no sudeste-sul do Brasil. A expansão das universidades federais, ocorrida nestes últimos anos, levou consigo cursos de História e seus respectivos especialistas para muitas regiões do país. Isto denota não só um crescimento quantitativo, mas também qualitativo. Cursos mais numerosos ou departamentos maiores puderam absorver mais especialistas e em todas as áreas da disciplina histórica, fomentando, ao mesmo tempo, a concorrência e a oferta de trabalho. Assim, no caso da história medieval, é significativo que seus especialistas chegaram a universidades e cursos onde ainda não os havia, podendo então assumir a disciplina de sua especialidade e enriquecer os cursos. Tal verificação reflete um aumento do número de pós-graduandos nessa área, fomentados, por sua vez, por essa maior presença dos

² Sabemos que a confusão entre o privado e o público na política na alta Idade Média, ou melhor, o açambarcamento do primeiro pelo segundo, uma vez que este era praticamente inexistente, é uma herança germânica, pois Roma, mesmo a Imperial, conhecia a distinção entre os bens do imperador e aqueles da *res publica* romana. Excetuando os germânicos visigodos, e sobretudo pela tradição dos francos, a Europa na Alta Idade Média viu o público se submeter ao privado; daí a formação das células, política, jurídica e mesmo religiosamente, fechadas sobre si, tendentes à autossuficiência, que constituíram os senhorios, uns independentes dos outros. Ver, por exemplo, Le Goff (1994b, p. 73-85).

medievalistas nos departamentos de História de todo o Brasil. Um reflexo disso é o fato de a ABREM (Associação Brasileira de Estudos Medievais), cuja diretoria gravitava desde sua fundação pelas instituições do Sudeste, ter chegado à Universidade Federal do Mato Grosso no ano de 2009. Universidades federais e estaduais do centro-oeste e nordeste hoje não só acolhem medievalistas, como também, por meio desses, promovem hoje eventos de alguma envergadura, inclusive internacionais, como aqueles que têm ocorrido na Universidade Estadual do Maranhão e na Universidade Federal desse mesmo Estado. O sudeste abriga, no entanto, por tradição e múltiplas outras condições, mesmo materiais, o maior quinhão do “bolo medievalístico”. E aqui nos deteremos nas instituições universitárias públicas dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Começemos por citar as universidades estaduais paulistas. A Universidade de São Paulo constitui-se em uma das mais antigas universidades no Brasil a produzir estudos, dissertações, teses, pesquisas de pós-graduação e graduação sobre a medievalidade. No entanto, o interesse e, sobretudo, a produção acadêmica mais fecunda sobre a Idade Média são muito recentes no Brasil, tendo se iniciado nos anos 1980 e 1990. Dada essa tradição muito recente e as condições materiais e geográficas não muito propícias (a distância da Europa e dos seus centros de documentação e arqueologia), os estudos relativos à Idade Média têm ganhado uma dimensão extraordinária entre nós, se considerarmos esse nosso estado neófito enquanto produtores historiográficos sobre o período e as dificuldades acima aludidas. Nessas poucas décadas que chegam aos dias de hoje, a produção medievalística ganhou um ímpeto que, principalmente mensurado nesse curto período, pouco deixa a desejar a países europeus em suas respectivas proporções e condições. A Universidade de São Paulo conta, circunscrevendo-nos aqui ao curso de História, com um efetivo de professores bastante amplo no seu departamento, que tem se dedicado à pesquisa e ao ensino da Idade Média, e em suas mais diversas facetas temáticas e temporais, muitos dos quais já aposentados, mas que continuam na ativa orientando e dando aulas na pós-graduação.

Atualmente a Universidade de São Paulo mantém, sob a direção do Prof. Marcelo Candido da Silva, um núcleo de estudos em medievalismo chamado LEME, Laboratório de Estudos Medievais, que, juntamente com a Universidade Estadual de Campinas (cidade e instituição situada no interior do Estado de São Paulo), na pessoa da Prof^a. Néri Barros de Almeida, promove encontros, pesquisas, convidando recorrentemente professores do Brasil e do exterior para cursos e outros eventos. O NEAM (Núcleo de Estudos de História Antiga e Medieval) da UNESP (Universidade Estadual Paulista) das cidades de

Assis e Franca, ambas igualmente do interior paulista, fomenta a pesquisa entre os alunos de ambos os campi, tendo formado muitos mestres e doutores. Promove anualmente encontros nacionais e internacionais, nos quais se reúnem os especialistas de ambos os períodos históricos, antigo e medieval.

No estado do Rio de Janeiro, contamos igualmente com centros e núcleos de pesquisa em História medieval. O PEM (Programa de Estudos Medievais) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a coordenação das professoras Andréia Cristina Lopes Frazão e Leila Rodrigues da Silva, igualmente se dedica a orientar alunos daquela universidade, fomentar pesquisas, promover encontros, cursos e palestras com professores brasileiros e estrangeiros. O núcleo, por influência de suas coordenadoras, realiza pesquisas ligadas sobretudo à religiosidade ibérica, e tanto na Alta como na Idade Média Central, tendo as hagiografias e suas circunstâncias como principais objetos de análise, além das relações de poder que envolviam o mundo eclesiástico, por meio de personalidades episcopais e concílios, abarcando inclusive a época dos suevos, por meio da singular personalidade, por exemplo, de Martinho de Braga.

Ainda no estado do Rio de Janeiro, na cidade de Niterói, a Universidade Federal Fluminense criou, por meio da Prof^a. Vânia Leite Fróes, um grupo de estudos, o *Escriptorium*, onde se orienta grande quantidade de mestres e doutores e se promovem encontros nacionais e internacionais.

Quanto às universidades do Sul do país, há que se destacar as Universidades Federais do Paraná e do Rio Grande do Sul, além das estaduais paranaenses. O professor José Rivair Macedo, docente associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é exemplo mais ressoante, por sua abundante produção sobre a medievalística, de que aquele estado se encontra inserido de forma dinâmica nas produções e discussões sobre Idade Média, e certamente não só no âmbito da Universidade Federal. Quanto ao Estado do Paraná, deve-se lembrar o Departamento de História da Universidade Federal em Curitiba, que reúne, sob a égide dos professores Renan Friguetto e Maria de Fátima Fernandes, o NEMED (Núcleo de Estudos Mediterrânicos). Ainda no Paraná, encontramos centros e pesquisadores dedicados à Idade Média nas universidades estaduais, como as de Londrina e Maringá. Destacamos no nordeste a Universidade Estadual do Maranhão, que, por meio da professora Adriana Zierer, promove importantes encontros científicos sobre a Antiguidade e a Medievalidade.

No entanto, todos incentivos, individuais, regionais ou institucionais, promotores dos estudos medievais no Brasil, têm um lugar de encontro comum, a ABREM (As-

sociação Brasileira de Estudos Medievais). Oficializada em 1996, a ABREM nasceu no I Encontro Internacional de Estudos Medievais (EIEM) realizado na Universidade de São Paulo e teve como primeira composição os professores desta área das três Universidades Estaduais de São Paulo, USP, UNESP e UNICAMP. A partir desse momento, esta entidade, presente hoje em todo o Brasil por meio de seus sócios individuais e institucionais, passou a ter sua sede itinerante por diversas universidades. Mas, de todo modo, agrupa hoje centenas de sócios, desde pesquisadores doutores até os interessados no período medieval não de forma profissional; publica anualmente a Revista *Signum*, o mais importante periódico sobre os estudos medievais. A *Signum*, que neste ano de 2008 chega à sua décima edição, respeita uma característica editorial que divide suas páginas entre artigos inéditos, um ensaio bibliográfico, uma entrevista – da qual já participaram, por exemplo, Jacques Le Goff, José Mattoso – um artigo clássico e resenhas críticas. A publicação dos artigos respeita sempre a participação equânime de medievalistas brasileiros e internacionais. Desde o ano de 2010, no entanto, ela passou a ser uma revista eletrônica. Os encontros internacionais promovidos pela ABREM, sob a nomenclatura EIEM, são bienais, realizam-se nas principais capitais brasileiras e são organizados pelas respectivas universidades destas cidades.

Quanto às pesquisas desenvolvidas pelos historiadores medievalistas no Brasil, elas abarcam temporalmente todas as fases da Idade Média, e tematicamente também são muito amplas e diversificadas. Entretanto, pela forte influência a que assistimos por parte da historiografia francesa, principalmente da Escola dos Annales, a medievalidade brasileira vinha dando especial enfoque à França, principalmente à da Idade Média Central e às suas temáticas de natureza mais cultural a partir de seus respectivos métodos e abordagens, como as mentalidades, a religiosidade, a cultura popular, o folclórico, etc., o que não quer dizer que não se tenham gestado trabalhos sobre a Idade Média mais fincados na política, na economia, na religião institucional. Estes não só não deixaram de se realizar, como se realizaram com mais recorrência do que se apregoa. Como demonstraremos com mais detenção, o professor Hilário Franco Junior, da Universidade de São Paulo, tem sido um expoente no Brasil das abordagens da escola historiográfica francesa, do contato direto com aquela realidade, influenciando muitos estudos e abordagens de seus congêneres.

Mas a história medieval tem sido objeto de um interesse tão substancial que hoje aparece com cada vez mais frequência nas penas de nossos pesquisadores, na realização de suas investigações, nas apresentações em congressos, nas prateleiras universitárias em forma de dissertações e teses. Citemos o caso do próprio professor Hilário Franco

Junior, cuja tese de doutorado tratou da realidade ibérica medieval com o título “As peregrinações a Santiago de Compostela e a formação do feudo-clericalismo periférico na Península Ibérica”, publicada com o título *Peregrinos, monges e guerreiros: feudo-clericalismo e religiosidade em Castela Medieval* (Franco Júnior, 1990). Foi seguido por seus orientandos Ruy de Oliveira Andrade Filho, com a tese “Imagem e reflexo: religiosidade e monarquia no reino visigodo de Toledo (séculos VI e VII)”, defendida em 1997, e Mário Jorge da Motta Bastos, com “Religião e hegemonia aristocrática na Península Ibérica (séculos IV-VII)”, defendida em 2002. O professor Renan Friguetto, responsável pela disciplina de História Antiga da Universidade Federal do Paraná, igualmente se especializou na Espanha em seu período tardo-antigo, assim como tem sido um aqui no Brasil. A professora Leila Rodrigues da Silva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, também se dedicou à medievalidade ibérica peninsular em sua tese “Monarquia e Igreja na Galiza na segunda metade do século VI: o modelo de monarca nas obras de Martinho de Braga dedicadas ao rei suevo”, defendida em 1996. Nós mesmos, se nos permitem uma autocitação, cuidamos dos aspectos da religiosidade ibérica por meio da tese “Hagiografia e vida monástica: o eremitismo como ideal monástico na *Vita Sancti Fructuosi*”, defendida em 2006 e publicada sob o título *A santidade habita o deserto: a hagiografia a luz do imaxinario social* (Amaral, 2009).

Percebe-se que o interesse pela Idade Média peninsular ibérica se assentou, sobretudo, em seu período alto-medieval, abarcando particularmente as fontes visigóticas e suevas. O que não exclui, no entanto, os períodos da Idade Média central e baixa. Mas, como se pode perceber, os estudos relativos à realidade ibérica, sobretudo à alta Idade Média, são os mais numerosos entre os medievalistas brasileiros, pois eles parecem se apresentar mais no Brasil do que na Europa em termos de interesse e números respectivos. Anotemos que a Alta Idade Média franca também se encontra representada entre nossos historiadores, haja vista os estudos empreendidos por Marcelo Candido da Silva, cuja tese de doutorado foi publicada recentemente (Silva, 2008).

Quanto às investigações precisamente concernentes à Idade Média portuguesa, principalmente àquelas dedicadas ao período baixo-medieval, podemos elencar um expressivo número de trabalhos e pesquisadores. Assim, temos na Universidade Federal Fluminense a professora Vânia Fróes Leite, com a tese “Espaço e sociedade em Gil Vicente: contribuição para um estudo do imaginário português (1502-1536)”, defendida em 1987; na Universidade Estadual Paulista, campus da cidade de Franca, a professora Susani Silveira Lemos França, com a tese “O lugar da história em Portugal no final da Idade Média”, terminada no

ano de 1998 e publicada com o título *Os reinos dos cronistas medievais* (França, 2006). Na Universidade Federal do Paraná, encontramos a professora Fátima Regina Fernandes, com a tese “As relações régio-nobiliárquicas no reinado de D. Fernando I de Portugal”, terminada em 1997.

Muitos destes trabalhos foram inclusive desenvolvidos nas próprias universidades portuguesas, o que denota o intercâmbio de ideias e pesquisas entre brasileiros e portugueses, não obstante as profícuas relações que mantemos com a França e Espanha particularmente.

Mesmo os estudos sobre os “estudos medievais no Brasil” já possuem uma quantidade bastante razoável de textos e reflexões. Possuímos, assim, pelo menos três artigos escritos por medievalistas brasileiros em periódicos e anais franceses dando a conhecer o estado dos estudos medievais brasileiros nestes últimos anos (Silva, [s.d.]; Franco Junior e Bastos, 2003, p. 125-131; Asfora *et al.*, 2008). Contamos com um produzido para uma revista espanhola (Nogueira, 2002, p. 291-297). Recentemente, publicou-se na Revista *Signum* um trabalho que demonstrou as principais linhas historiográficas e teóricas seguidas por medievalistas brasileiros (Bastos e Rust, 2009). José Rivair Macedo organizou ainda um catálogo de teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação no Brasil sobre a temática Idade Média e suas principais ocorrências, temáticas, temporais e metodológicas (Macedo, 2003).

Como se pode vislumbrar pelo aqui exposto, ainda que apresente necessariamente um quadro delimitado de teses e seus respectivos autores, a produção acadêmica sobre a Idade Média no Brasil tem sido bastante frutífera. No entanto, a disseminação destas pesquisas tem se dado de forma muito pouco abrangente, pois sua maioria encontra-se em um número parco de bibliotecas, além de sua difícil consulta e obtenção, pois a maioria não é publicada. As editoras brasileiras, particularmente em relação às europeias, tem diminuto interesse pela publicação destes trabalhos, pois, por serem acadêmicos, sua vendagem se circunscreve, geralmente, a um pequeno número de interessados, sobretudo especialistas da mesma área. No entanto, nos últimos anos, têm surgido editoras especializadas na publicação e divulgação de livros de origem acadêmica (teses e dissertações), assim como algumas editoras universitárias têm reservado um quinhão de suas produções à publicação destes trabalhos universitários. Aqui sublinha-se a editora da Universidade Estadual Paulista, que anualmente reserva parte de suas impressões aos trabalhos acadêmicos de professores e alunos de sua própria universidade. Por outro lado, pode o pesquisador também, na medida em que isso for viável, adequar a tese a uma linguagem mais palatável a um público mais amplo, ainda que não massivo. Quanto à publicação por meio de revistas especializadas, já contamos com algumas, como

a já citada *Signum*, a *Mirabilia*, a *Brathair*, entre outras.

Neste ponto, teríamos ainda que dedicar algumas considerações ao estado das publicações, da posse de obras historiográficas e de fontes primárias medievais no Brasil. Servimo-nos de muitas publicações europeias e suas respectivas editoras. Por publicarem na mesma língua, o que sobremaneira o uso destes livros em cursos de graduação, as editoras portuguesas nos têm fornecido suas publicações autóctones, assim como aquelas traduzidas da historiografia francesa, espanhola, italiana, etc. Estes livros podem ser conseguidos hoje mais facilmente e concomitantemente aos próprios europeus, graças à internet e aos sites das livrarias que propiciam compras on-line e enviam os livros pelo sistema dos correios, além de importantes livrarias brasileiras que os importam também com grande facilidade e alguma celeridade. A tradição brasileira, mesmo a acadêmica, que afirma que seus medievalistas apresentam certa defasagem em relação a seus congêneres europeus, deve, assim, ser repensada, pois, além de produtores da história medieval, os historiadores brasileiros podem obter, ao mesmo tempo que os europeus, as últimas novidades historiográficas editadas naquele continente. O mesmo acontece com as fontes, que podem ser importadas em suas edições modernas. Acrescentemos a isso a cordialidade entre medievalistas brasileiros e europeus, pois muitos colegas do velho mundo têm propiciado a abertura de bibliotecas e centros de documentação universitários, públicos, religiosos, compartilhando-as conosco.

Entretanto, embora os investigadores brasileiros sobre a Idade Média sejam cada vez mais numerosos, assim como o gosto pela medievalidade no Brasil de uma forma mais geral tenha aumentado, as universidades e seus respectivos departamentos de História muitas vezes não lhes dão um lugar compatível com esse interesse e importância. A disciplina de História Medieval, conjuntamente com a de Antiga, apesar do significativo crescimento de contratações acima exposto, encontra-se recorrentemente defasada no que respeita à contratação de professores, o que redunde evidentemente na ausência de cursos mais especializados sobre este período, e fazendo com que, em geral, as aulas se atenham estritamente à grade curricular. Os órgãos de fomento à pesquisa, que pagam os pesquisadores, instituem e institucionalizam seus grupos, avaliam o ensino superior, entre outras atribuições, geralmente reconhecem a dupla História Antiga e Medieval como uma só área do conhecimento histórico. Isto significa que para estas instituições deve haver um só especialista para ambas as temporalidades históricas, sendo inclusive essa prática adotada em alguns concursos públicos para professores universitários que são chamados para ministrar ambas as disciplinas. Se tivermos em mente que a Idade Média encerra pelo menos dez séculos, uma quantidade de fontes de considerável abundância,

sobretudo partindo do seu período médio e baixo (séculos IX-XV), isto já implicaria uma grande dificuldade para o especialista em Idade Média, que dificilmente poderia compreender em seus estudos um período tão amplo, inclusive para obter o conhecimento necessário para orientar outros pesquisadores. Desse modo, o abarcamento de ambos os períodos históricos por um só especialista tem exigido dele mais um trabalho didático do que aquele propriamente de pesquisador, sobretudo na disseminação da prática da pesquisa e como realizá-la.

As investigações sobre a Idade Média no Brasil encontram-se, contudo, em expansão, haja vista o número de trabalhos acadêmicos e, livros sobre o tema publicados e traduzidos, sobretudo os respeitantes a temas da Nova História Cultural, que, como na França, suscita nos leitores brasileiros maiores interesses, como a história de gênero, do cotidiano, das religiosidades, das mentalidades, do imaginário, etc. Os órgãos de fomento governamentais têm propiciado o financiamento de pesquisas sobre a História medieval, no Brasil e no exterior; as universidades, ainda que parcamente, têm contratado especialistas neste período histórico, os quais, cada vez mais especializados, têm formado outros especialistas nos programas de pós-graduação. O interesse pelos estudos medievais tem rompido as portas da academia, e a consciência histórica dos brasileiros tem cada vez mais compreendido que eles também constituem um povo em grande medida medieval, se não por suas conjunturas mais imediatas, por suas estruturas mentais e hábitos de longa duração; e ainda que não de forma consciente para todos, em todos presente, seja nos ideários de que comunga toda a coletividade, seja nas atitudes e formas mais individuais de conceber a realidade mais comezinha e do cotidiano.

Referências

- AMARAL, R. 2009. *A santidade habita o deserto: a hagiografia à luz do imaginário social*. A Coruña, Toxosoutos, 278 p.
- ASFORA, V.C.; AUBERT, E.H.; CASTANHO, G. 2008. Faire l'histoire du Moyen Age au Brésil: fondements, structures, développements. *Bulletin du Centre d'Études Médiévales d'Auxerre*, 12:125-144.
- BASCHET, J. 2006. *A civilização feudal*. São Paulo, Globo, 584 p.
- BASTOS, M.J. da M.; RUST, L.D. 2009. Translatio Studii - A História Medieval no Brasil. *Signum*, 10:163-188.
- FRANÇA, S.S.L. 2006. *Os reinos dos cronistas medievais*. São Paulo, Annablume, 232 p.
- FRANCO JUNIOR, H. 1990. *Peregrinos, monges e guerreiros e peregrinos: feudo-clericalismo e religiosidade em Castela Medieval*. São Paulo, Hucitec, 292 p.
- FRANCO JÚNIOR, H. 2008. Raízes medievais do Brasil. *Revista USP*, 78, 79-104 p.
- FRANCO JR., H.; BASTOS, M.J. da M. 2003. L'Histoire du Moyen Age au Brésil. *Bulletin du Centre d'Études Médiévales d'Auxerre*, 7:125-133.
- LE GOFF, J. 1994a. *O imaginário medieval*. Lisboa, Estampa, 370 p.
- LE GOFF, J. 1994b. *A civilização do Ocidente medieval*. Lisboa, Estampa, 312 p.
- LE GOFF, J. 1980. Cultura clerical e tradições folclóricas na civilização merovíngia. In: J. LE GOFF, *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, espaço e cultura no Ocidente Medieval*. Lisboa, Estampa, p. 207-219.
- MARTINHO DE BRAGA. 1981. *De Correctione Rusticorum*. 2ª ed., Barcelona, El Albir, 171 p.
- MACEDO, J.R. 2003. *Os estudos medievais no Brasil. Catálogo de dissertações e teses: Filosofia, História e Letras (1990-2002)*. São Paulo, EDUFRRGS, 158 p.
- NOGUEIRA, C.R. 2002. Os estudos medievais no Brasil de hoje. *Medievalismo*, 12:291-297.
- ORONZO, G. 1983. *Religiosidad popular en la alta Edad Media*. Madrid, Editorial Gredos, 312 p.
- SILVA, M.C. 2008. *A realeza cristã na Alta Idade Média*. São Paulo, Alameda, 362 p.
- SILVA, M.C. [s.d.]. Les études en Histoire médiévale au Brésil: bilan et perspectives. Disponível em: <http://ciham.ish-lyon.cnrs.fr/Brazil.html>. Acesso em: 07/12/2011.
- VOVELLE, M. 1987. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 414 p.

Submetido em: 03/04/2011
Aceito em: 05/05/2011